

CAPÍTULO VII – FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

a) Processo de Aprovação das Operações de Crédito

No processo de contratação de operações de crédito externas, participam órgãos/entidades do Poder Executivo (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda) e do Poder Legislativo (Senado Federal).

A participação de cada um desses atores está indicada na forma a seguir:

a) No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP:

a.1) Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN:

- promoção de reuniões com os agentes financeiros;
- participação em missões de avaliação de projetos;
- coordenação das reuniões de negociações;
- acompanhamento físico-financeiro dos projetos

a.2) Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX: órgão de apoio ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- aprovação da carta-consulta (preparação do projeto), mediante recomendação, com ou sem ressalvas.

a.3) Secretaria de Orçamento Federal – SOF:

- emite parecer quanto à previsão orçamentária

b) No âmbito do Ministério da Fazenda – MF:

b.1) Secretaria do Tesouro Nacional

- solicitação de manifestação formal da SPI e SOF;
- Análise da situação de adimplência do postulante;
- Emissão de nota técnica, quando necessário.

b.2) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN:

- emissão de Parecer Prévio sobre a operação de crédito;
- elaboração da Exposição de Motivos;
- elaboração de Parecer Final para a assinatura do contrato;
- publicação do extrato do contrato no DOU.

b.3) Banco Central do Brasil

- controle das operações financeiras, mediante credenciamento, no sistema denominado Registro de Operações Financeiras - ROF.

c) No âmbito do Senado Federal:

- emissão de Resolução, autorizando a operação e conseqüente publicação no DOU.

b) Carteira de Projetos

As operações de financiamento externo são auditadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, com base no Protocolo de Entendimento firmado entre os agentes financeiros e a República Federativa do Brasil. Tal instrumento define que a União, como avalista e mutuária das operações, deverá apresentar relatórios anuais de auditoria relativos aos contratos de financiamento.

Durante o exercício de 2002, os projetos em que a União foi tomadora dos empréstimos (mutuária), foram selecionados, conforme quadros a seguir:

b.1) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

CONTRATO	PROJETO/PROGRAMA	DATA		VALOR EM US\$ (EM MIL)			SALDO EM	EXECUTOR
		ASSIN.	TÉRMINO	ORIGINAL	CANCEL.	ATUAL	US\$ (MIL)	
3170	IRRIGAÇÃO DO NORDESTE I	19.04.91	31.12.01	210,000	74,234	135,765	0	MI
4047	REFORMA SETOR SAÚDE-REFORSUS	27.09.96	31.12.02	300,000	-	300,000	110,892	M.SAÚDE
4147	REFORMA AGRÁRIA & COMBATE POBREZA	29.07.97	30.06.02	90,000	-	90,000	25,654	INCRA
4169	DES.TECNOLOGIA AGRÍCOLA - PRODETAB	29.08.97	31.12.02	60,000	-	60,000	36,23	EMBRAPA
4188	REABILITAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAL	10.12.97	31.12.02	300,000	-	300,000	158,501	DNER
4245	ASSIST.TÉCNICA AO BANCO CENTRAL	29.01.98	31.12.02	20,000	-	20,000	7,314	BANCO CENTRAL
4266	REFOR.SETOR CIENCIA & TECNOL - PADCT-III	17.03.98	31.12.02	155,000	-	155,000	125,416	FINEP/CAPES/CNPq
4292	SEGUNDO PROJ.MODERN.SETOR. SANEAM.	16.06.99	30.06.04	150,000	-	150,000	146,994	SEPURB/PR
4310	PG.DES.REC.HID.S.ARIDO -PROÁGUA	03.06.98	31.12.03	198,000	-	198,000	126,921	MIN/ANA
4311	MELHORAM.ESCOLA - FUNDESCOLA I	07.06.98	30.06.01	62,500	-	62,500	0	MEC
4369	STATE PENSION SYSTEMS REFORM	28.04.99	31.12.01	5,000	-	5,000	3,331	M.FAZENDA
4389	EMERGENCY FIRE PREVENTION	30.09.99	31.12.02	15,000	-	15,000	9,898	IBAMA
4392	SECOND AIDS & STD CONTROL	11.12.98	31.12.02	165,000	3,500	161,500	55,335	M.SAÚDE
4394	DISEASE SURVEILLANCE & CONTROL	11.12.98	31.12.02	100,000	-	100,000	61,865	M.SAÚDE
4487	FUNDESCOLA II	16.12.99	31.12.04	202,030	-	202,03	61,209	MEC
4524	2º NATIONAL ENVIROMENTAL	09.12.99	30.06.03	15,000	-	15,000	13,548	MMA
4532	PROSANEAR - ASSIST. SAN. BAIXA RENDA	19.09.00	31.12.04	30,300	-	30,300	29,600	SEPURB/PR
4537	INSS	02.05.00	31.12.02	5,050	-	5,050	1,870	MPAS
TOTAL				2082,88	77,234	2005,145	974,578	

Nota: Dados extraídos do "Detail Statement of Loans", fornecido pelo Banco Mundial

b.2) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

CONTRATO	PROJETO/PROGRAMA	DATA		VALOR EM US\$ (EM MIL)			SALDO EM US\$ MIL	EXECUTOR
		ASSIN.	TÉRMINO	ORIGINAL	CANCEL	ATUAL	EM 31.12.2001 CTA. EMPRÉSTIMO	
767/OC	PROJ.MOD.AMPL.ROD.FERNÃO DIAS	13.10.93	13.06.02	267,000	-	267,000	0,000	DNER/MT
814/OC	PROJ.FORT.CAP.MRE ÁREA ECON.INTERM	15.09.95	15.09.01	10,000	-	10,000	571	MRE
880/OC	PROG.DES.CIENT.TÉCNOL-PADCT II	22.02.96	22.02.02	160,000	-	160,000	3,724	FINEP/MCT
888/OC	ADM.TRIBUTÁRIA - PROJETO SRF-21	16.03.97	16.03.02	78,000	-	78,000	24,136	SEC.RECEITA FEDERAL
904/OC	PROJ.MOD.ROD.SP/CUR/FLORIANÓPOLIS	26.06.96	26.06.02	450,000	-	450,000	26,660	DNER/MT
951/OC	REFORSUS	16.03.97	16.03.02	350,000	-	350,000	200,042	M.SAÚDE
975/OC	RODOVIA FERNÃO DIAS II	24.11.97	25.05.02	275,000	-	275,000	113,975	DNER/MT EFETIVO 15.01.98
980/OC	PROG.FORTAL.MODERN.ÁREA FISCAL EST.	16.03.97	16.03.02	500,000	-	500,000	204,387	Secret.Executiva M.Fazenda
991/OC	PREINVESTIMENTO	30.10.97	31.10.03	25,000	-	25,000	12,526	IPEA EFETIVO 13.02.98
1042/OC	REF.MODERNIZAÇÃO ESTADO	29.04.98	28.10.02	57,000	20,535	36,465	21,823	SEGES/MP
1046/OC	PROG.DESCENTRALIZAÇÃO ROD.FEDERAIS	15.03.98	15.03.02	300,000	-	300,000	206,456	DNER/MT EFETIVO 29.06.98
1051/OC	INTERLIGAÇÃO NORTE-SUL	06.04.98	06.10.01	307,000	-	307,000	0,000	ELETROBRÁS
1052/OC	PROG.EXP.EDUCAÇÃO PROFIS - PROEP	24.11.97	24.11.03	250,000	-	250,000	197,638	M.EDUCAÇÃO EFETIVO 18.06.98
1013/SF	PROTEÇÃO AMBIENTAL	29.04.99	29.04.02	24,000	-	24,000	14,852	MMA
1123/OC	REF.MODERNIZAÇÃO ESTADO	27.07.99	27.07.02	25,000	-	25,000	18,589	PRODASEN/SE NADO
1125/OC	PROG.GLOBAL DE FINAC.MULTISSETORIAL	14.03.99	14.03.03	1,100,000	-	1,100,000	143,790	BNDDES
1126/OC	INVESTIMENTO SOCIAL - HABITAR	13.09.99	13.03.04	250,000	-	250,000	248,070	SEPURB/PR
1200/OC	MONUMENTA	04.12.99	04.12.04	62,500	-	62,500	60,427	MINC
1215/OC	PROFAE - SAÚDE	26.09.00	26.09.04	185,000	-	185,000	168,355	SIS - MSAÚDE
1216/OC	PROECOTUR	08.08.00	08.08.03	11,000	-	11,000	9,662	SCA - MMA
1225/OC	EDUCAÇÃO	02.03.00	24.01.04	250,000	-	250,000	245,536	SEMTEC - MEC
1248/OC	AGRICULTURA	07.12.00	07.12.05	51,000	-	51,000	50,940	INCRA
1290/OC	PROTEÇÃO AMBIENTAL	05.06.01	05.06.05	92,478	-	92,478	89,778	SQA/MMA
TOTAL				5,079,978	20,535	5,059,443	2,061,937	

Principais constatações

Os trabalhos de auditoria, realizados pela Secretaria Federal de Controle Interno, evidenciaram, dentre outras, as seguintes constatações, que de forma geral têm contribuído, de forma negativa, para a regular execução dos projetos:

- aprovação dos empréstimos sem que os respectivos projetos tenham sido previamente elaborados e compatibilizados com as políticas dos governos federal, estaduais e municipais;
- falhas na concepção dos projetos;
- demora no cumprimento das exigências contratuais para liberação do primeiro desembolso pelo agente financiador, tais como assinaturas de convênios, estruturação da unidade coordenadora do programa, elaboração de editais padrão de licitação;
- comprovação de despesas aos agentes financiadores não elegíveis aos objetivos do programa;
- atrasos na liberação de recursos de contrapartida;
- contingenciamento orçamentário linear, atingindo, dessa forma, as fontes orçamentárias dos projetos;
- ausência de acompanhamento periódico por parte das unidades técnicas;
- falhas administrativas e gerenciais (descontinuidade administrativa, alta rotatividade de pessoal, ocasionada pela inexistência de quadro de pessoal próprio nas unidades executoras); e
- inclusão, nos projetos, de custos relativos a consultoria, geralmente oferecida por membros dos próprios agentes financiadores, ou intermediados pelos organismos de cooperação técnica.

c) Custo das Contratações

Sobre as contratações com Organismos Internacionais (Organismos Bilaterais de Créditos), conforme definido em cláusulas contratuais, são pagos semestralmente juros e comissão de crédito. Os juros são calculados sobre os desembolsos efetuados, atingindo, em média, o percentual de 6% ao ano. Relativamente à comissão de crédito, é aplicado o percentual de 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado dos financiamentos.

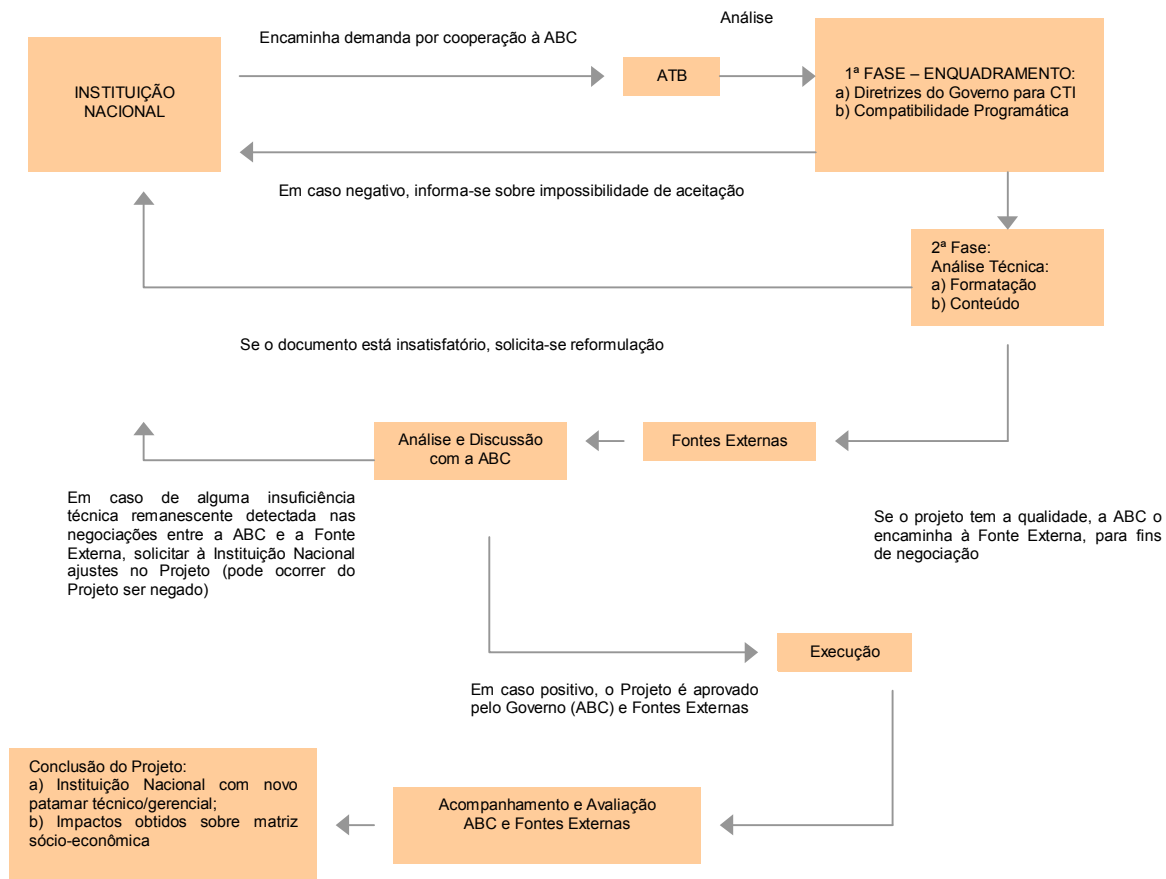
No tocante ao pagamento das comissões de crédito, essas contratações externas têm sido objeto de constante preocupação, tendo em vista o pagamento adicional que a União vem realizando, em virtude, principalmente, do atraso na execução dos projetos, decorrente da demora na conclusão dos processos licitatórios, realizados com base nas normas dos Organismos Internacionais, exigência de disponibilização de recursos de contrapartida federal, restrições orçamentárias lineares, especialmente na Fonte Externa - 0148, ausência de estrutura logística das unidades executoras.

Nas operações junto ao BID, a comissão de crédito passa a ser cobrada após 60 (sessenta) dias da data da assinatura dos contratos, que, em geral, são firmados sem o estabelecimento prévio das condições de operacionalização, incorrendo, assim, no pagamento adicional da comissão de crédito. A exemplo, cita-se o contrato n.º 1225/OC/BR, do Ministério da Educação – Programa PROMED, assinado em 02.03.2000, no valor de US\$ 250 milhões, que, durante um ano, pagou-se comissão de crédito sobre este montante, sem obter algum benefício do empréstimo tomado. Outro exemplo traduz-se no Contrato n.º 1194/OC/BR, do Ministério da Fazenda – Programa de Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM, assinado em 2001, tendo sido pago o montante superior a US\$ 3 milhões, sem ter ingressado qualquer recurso no país.

Pelo fato de a otimização dos custos dos empréstimos estar diretamente relacionada à maior ou menor celeridade na execução do projeto, a Secretaria Federal de Controle Interno recomenda aos órgãos envolvidos nas operações de financiamento que os futuros contratos de empréstimos externos somente sejam firmados após cumpridas todas as exigências pré-contratuais de operacionalização, evitando-se, assim, o pagamento da comissão de crédito, de forma adicional.

d) Contratos de Cooperação Técnica Internacional

d.1) Fluxo da aprovação das operações de Cooperação Técnica Internacional



(*) CTI: Cooperação Técnica Internacional

A Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, é o órgão do governo brasileiro encarregado da Cooperação Técnica Internacional no país, em linha com as diretrizes de política externa definidas pelo Itamaraty.

A execução/implementação de projetos no Brasil ocorre diretamente pelo organismo (execução direta) ou a cargo da UAP/ABC (execução nacional), mediante um modelo, onde o contexto administrativo-financeiro está unificado nessa unidade.

Dentre os organismos que estão inseridos na execução nacional, temos Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas – UNDCP, Organização Mundial de Meteorologia - OMM e Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT. Os que não aderiram à execução nacional são UNESCO e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA.

d.2) Principais Organismos de Cooperação Técnica

d.2.1) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – PNUD, em 31.12.2001, possuía uma carteira de 153 projetos em execução nacional. O volume de dispêndios totalizou US\$ 211,267,450.40, referentes aos pagamentos realizados por intermédio da Unidade de Administração de Projetos da Agência Brasileira de

Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores. A partir de setembro de 2001, esses pagamentos passaram a ser realizados diretamente pelo PNUD.

Foram selecionados 129 projetos para serem auditados pela Secretaria Federal de Controle Interno, com base nas normas e regulamentos financeiros do PNUD, conforme quadro a seguir:

PROJETO	TÍTULO	EXECUTOR
BRA92G41	Caatinga	MMA
BRA93031	BRAZILIAN EXTERNAL COOPERATION	MER – CTRE
BRA93032	ELETROBRAS	ELETROBRAS
BRA93042	SEPREMPO	SDR
BRA93044	DEMONSTRATIVE PROJECTS A	MMA
BRA93G61	PROZON PROTOCOL PROJECT	MMA
BRA94002	MRE'S CAPACITY IN INTERNATIONAL ECONOMICS	SFC/MRE
BRA94006	PRODEAGRO	SEPLAN/MT
BRA94016	IMPLEMENTATION OF AGENDA 21 - MMA	MMA
BRA94017	CPLC'S COOPERATION PROGRAM	ABC
BRA95001	GUANABARA - ENVIRONMENT	FEEMA
BRA95012	MANAGEMENT OF THE BIOLOGICAL DIVERSITY	MMA
BRA95016	BNDES	SFC/BNDES
BRA95026	NATIONAL RESOURCE POLICY - PPG7	MMA
BRA95028	ENV-MONITORING - DIRCOF IBAMA	IBAMA
BRA95G31	ENABLING ACTIVITIES	MCT
BRA95G61	MULTIBRAS	MMA
BRA96009	SEBRAE EMPRETEC II	SEBRAE
BRA96013	CITIZENSHIP AND HUMAN RIGHTS	MIN. JUSTIÇA
BRA96017	RIO PARAIBA DO SUL	SMA-RJ
BRA96018	FUNAI - PPTAL	FUNAI
BRA96024	PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE MADEIRAS	IBAMA
BRA96025	INFORMATION FOR REGIONAL PLANNING	SUDAM
BRA96026	SIED INEP	INEP
BRA96G31	BIOMASS POWER GENERATION: SUGAR CANE	MCT
BRA97001	FISCAL MODERNIZATION OF SÃO PAULO	SFC/GOV-SP
BRA97002	FUNAG - BRAZILIAN DIPLOMACY	FUNAG
BRA97004	FISCAL MODERNIZATION OF MARANHÃO	SFC/GOV-MA
BRA97009	FISCAL MODERNIZATION OF PERNAMBUCO	SFC/GOV-PE
BRA97011	FISCAL MODERNIZATION OF MATO GROSSO DO SUL	SFC/GOV-MS
BRA97012	SPORT FISHING	MMA/EMBRATUR
BRA97013	IPEA NETWORK	IPEA
BRA97014	FISCAL MODERNIZATION OF PARÁ	SFC/GOV-PA
BRA97018	FISCAL MODERNIZATION OF GDF	SFC/GOV-DF
BRA97019	EDUCATIONAL INFORMATION	INEP
BRA97020	FISCAL MODERNIZATION OF PARAÍBA	SFC/GOV-PB
BRA97021	FISCAL MODERNIZATION OF RIO GRANDE DO NORTE	SFC/GOV-RN
BRA97022	CENTRAL BANK MODERNIZATION	BANCO CENTRAL
BRA97023	FISCAL MODERNIZATION OF ESPÍRITO SANTO	SFC/GOV-ES
BRA97024	SNIS & MANAGEMENT OF MOH - PHASE I	MIN. SAÚDE
BRA97026	FISCAL MODERNIZATION OF RIO GRANDE DO SUL	SFC/GOV-RS
BRA97028	HEALTH SURVEILLANCE - VIGISUS	FNS
BRA97031	FISCAL MODERNIZATION OF AMAPÁ	SFC/GOV-AM
BRA97032	FISCAL MODERNIZATION PROGRAMME	SECRETARIA EXECUTIVA
BRA97033	CULTURAL DEPT INSTITUTIONAL STRENGTHENING	DEPARTAMENTO CULTURAL
BRA97034	REFORM OF THE STATE	MRE
BRA97035	FISCAL MODERNIZATION OF TOCANTINS	SFC/GOV-TO
BRA97037	FISCAL MODERNIZATION OF PIAUÍ	SFC/GOV-PI
BRA97038	FISCAL MODERNIZATION OF MINAS GERAIS	SFC/GOV-MG
BRA97039	POLICIES EVALUATION IN SOUTH AMERICA	IPEA
BRA97040	FISCAL MODERNIZATION OF SERGIPE	SFC/GOV-SE
BRA97042	SVS	MIN. SAÚDE
BRA97044	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTAVEL	IBAMA
BRA97G31	E.A. BIODIVERSITY	MMA
BRA98004	TCDC	ABC
BRA98005	AMA PPG7	MMA
BRA98006	PROMOTION OF HEALTH	MIN. SAÚDE

BRA98009	PRO-MANEJO	IBAMA/MMA
BRA98010	SUPPORT TO INTERLEGIS PROGRAMME	SENADO FEDERAL
BRA98011	FUNDESCOLA	MEC
BRA98012	FAMILY AGRICULTURE (PRONAF)	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
BRA98013	FISCAL MODERNIZATION OF RIO DE JANEIRO	SFC/GOV-RIO
BRA98014	PRIVATE PENSION FUNDS	MPAS
BRA98015	PRO-AGUA	MINISTÉRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO
BRA98016	REFORM OF STATE PENSION SYSTEM	MPAS
BRA98017	REGIONAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT	SUDENE
BRA98019	ANEEL: REGULATING THE BRAZILIAN POWER SECTOR	ANEEL
BRA98020	PROEP	MEC
BRA98021	SUPPORT TO SIFE IMPLEMENTATION	FNDE/MEC
BRA99001	PARANÁ URBANO II	SDU
BRA99004	ELEMENTARY EDUCATION AND PRE-SCHOOL	MEC
BRA99005	SUSTAINABLE HUMAN DEVELOPMENT OF ACRE	SEPLAN
BRA99007	SHD-RIO	IPEA
BRA99008	Reforma da Previdência Social	MPAS
BRA99009	PROECOTUR	MMA
BRA99010	INCRA	INCRA
BRA99011	PRODEEM	MME
BRA99012	Young School	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO
BRA99013	FISCAL MODERNIZATION OF PARANÁ	SEFAZ
BRA99014	FISCAL MODERNIZATION OF AMAZONAS	SEFAZ
BRA99015	FISCAL MODERNIZATION OF RONDÔNIA	SEFAZ
BRA99017	PROFORMAÇÃO	SEED/MEC
BRA99018	AVALIAÇÕES E ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS	INEP/DAEP
BRA99020	RESEX II	IBAMA
BRA99021	Sociedade da Informação	CNPq
BRA99022	GESTÃO SCA	MMA
BRA99024	Populações Tradicionais	IBAMA
BRA99025	AGROEXTRATIVISMO DA AMAZÔNIA	MMA
BRA99026	Programa Pantanal	FEMA
BRA99027	Caixa Economica Federal	CEF
BRA99030	PMSS II	SEDU/IPEA
BRA99031	Export and Investment Promotion	MRE
BRA00001	CEBRI	CEBRI
BRA00002	FISCAL MODERNIZATION OF CEARA	SEFAZ
BRA00003	ACS - MRE	ACS/MRE
BRA00004	Planaflores	SEPLAN
BRA00005	DEC II MRE	ESGI/MRE
BRA00006	Pará Urbano	SEDURB
BRA00007	Federal Police	DPF/MJ
BRA00008	PROVÁRZEA	IBAMA
BRA00009	Unidades de Conservação - IBAMA	IBAMA
BRA00011	SECEX - Subprojeto I	MMA
BRA00012	SECEX - Subprojeto II	MMA
BRA00013	SECEX - Subprojeto III	MMA
BRA00014	SECEX - Subprojeto IV	MMA
BRA00015	Luz no Campo	ELETRÓBRÁS/MME
BRA00016	PROPREV	MPAS
BRA00017	Desenvolvimento do Turismo	MCT
BRA00018	National Exection Integrated Management	UAP/MRE
BRA00019	HABITAR BID PROGRAMME	SEPURB/MOG
BRA00020	SQA	SEPURB/MOG
BRA00023	High School Rondônia	SEDU/RONDÔNIA
BRA00024	SISTEMA NACIONAL DE INDICADORES URBANOS	MP
BRA00026	Special Education	SEESP/DAEC
BRA00027	FUNDESCOLA II	MEC
BRA00028	CADEIAS PRODUTIVAS	MMA
BRA00029	ANEEL-MCT Clima	ANEEL/MCT
BRA00030	SEBRAE - MICROCRÉDITO	SEBRAE
BRA00031	BNDES - DESENVOLVIMENTO LOCAL	BNEDS
BRA00032	SEBRAE - EMPRETEC - NOVA FASE	SEBRAE
BRA00033	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	ANS/MS

BRA00034	Knowledge Management	MMA
BRA00036	Technical Cooperation Management	MRE
BRA00037	Capacitação MCT - Conventpo Clima	MCT
BRA00041	Cultural Department Modernization	MRE
BRA00042	Recuperação Ambiental da Região de Huaypetuhe	MMA
BRA00043	PBQP-H	MCT
BRA00045	UEG CTI	MCT
BRA01006	Young School	MEC

d.2.2) Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, em 31.12.01, possuía uma carteira de 03 (três) Projetos ativos executados por Agências Nacionais. O volume de dispêndios totalizou US\$ 5,969,270.22, aqui considerados somente os pagamentos diretos e os realizados por intermédio da Unidade de Administração de Projetos da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (UAP/ABC/MRE), mediante adiantamentos de fundos concedidos pela FAO. Todos os Projetos foram selecionados para serem auditados pela Secretaria Federal de Controle Interno, com base nas Normas e Regulamentos da Execução Nacional, em consulta com a ABC/MRE e o Escritório no Brasil da FAO.

PROJETO	TÍTULO	EXECUTOR
UTF/BRA/040/BRA TF/035939-PL TF/040223-SP TF/045241-NE TF/046450-AL TF/054143-ES TF/054151-AM TF/054704-AE	PROG. NACIONAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – PRONAGER	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MIN
UTF/BRA/047/BRA BRA047/01 BRA047/02	AGENDA POSITIVA PARA O SETOR FLORESTAL DO BRASIL	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
UTF/BRA/051/BRA	COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO .SUSTENTÁVEL DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

d.2.3) Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas – UNDCP

O Programa de Cooperação Técnica Brasil - UNDCP, em 31.12.01, possuía uma carteira de 06 (seis) Projetos ativos executados por Agências Nacionais. O volume de dispêndios totalizou US\$ 8,957,796.78, aqui considerados somente os pagamentos diretos e os realizados por intermédio da Unidade de Administração de Projetos da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (UAP/ABC/MRE), mediante adiantamentos de fundos concedidos pela UNDCP. Todos os Projetos foram selecionados para serem auditados pela Secretaria Federal de Controle Interno, com base nas Normas e Regulamentos Financeiros da UNDCP, em consulta com a ABC/MRE e o Escritório no Brasil da UNDCP.

PROJETO	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
AD/BRA/00/F01	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
AD/BRA/98/D31	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
AD/BRA/98/D32	APOIO À MODERNIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO DAS FORÇAS POLICIAIS	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
AD/BRA/98/D33	FORTALECIMENTO DO CONTROLE DE PRECURSORES QUÍMICOS	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
AD/BRA98/D34	SIST. INTEGRADO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - INFOSEG	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
AD/BRA/99/E02	PROJETO DE PREVENÇÃO ÀS DST/HIV/AIDS E AO USO INDEVIDO DE DROGAS	MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS

Na execução dos orçamentos pelas Agências Executoras, observou-se que alguns Projetos apresentaram baixa implementação decorrente das situações a seguir evidenciadas pela auditoria:

- instabilidade institucional das entidades governamentais e, como consequência, descontinuidade dos projetos;
- ausência de critérios de recrutamento de pessoal para execução das atividades previstas nos documentos de projetos;
- contratação de servidores públicos, integrantes dos próprios quadros das unidades executoras;
- não distinção entre atribuições próprias do quadro de pessoal da unidade executora e o quadro de consultoria contratada, configurando forma indireta de reposição de pessoal do quadro próprio dos órgãos/entidades;
- dificuldade de internalizar os conhecimentos obtidos por meio da cooperação técnica, haja vista a carência de pessoal técnico-administrativo das instituições;
- dificuldade em dar continuidade às atividades do projeto;
- correspondências oficiais assinadas por pessoal contratado pelos projetos;
- uso de bens adquiridos pelos projetos em atividades não relacionadas aos objetivos do projeto;
- projetos descentralizados cuja execução de subcontratos não são devidamente acompanhados ou não existem prestações de contas sistematizadas;
- restrições orçamentárias dos executores nacionais que os impedem de manter o fluxo financeiro para o Organismo Internacional; e
- indefinições legais sobre a cooperação técnica no Brasil, em especial nos aspectos relacionados com a contratação de consultores. Em decorrência, o governo federal editou o Decreto n.º 3.751, de 15.02.2001, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal Direta e Indireta, para fins de gestão de projetos, no âmbito dos acordos de Cooperação Técnica, tornando mandatária a aplicação da modalidade de Execução Nacional. Referido Decreto teve sua regulamentação por meio da Portaria-MRE n.º 012, de 08.10.2001.

A ausência de indicadores de avaliação de resultados nos PRODOC, constituiu-se numa limitação da auditoria na análise quanto a efetividade dos Projetos auditados.

As observações ou considerações quanto a efetividade dos Projetos, objeto de comentários nos relatórios individuais, basearam-se nos orçamentos implementados e atividades realizadas. Pode-se dizer que, de maneira geral, os Projetos apresentaram um excelente índice de atividades implementadas, ou seja, 96,21% das atividades orçadas para o exercício de 2001.